

A LIBERDADE NO ESTOICISMO

Maria E. Koutlouka
(Universidade de Tessalónica)

O elemento primordial de uma filosofia que se aplica ao problema da liberdade, além da teoria do livre arbítrio, obedece necessariamente à um certo número de exigências que resultam da razão e da teoria do conhecimento.

O pensamento e a vontade do homem só são eles mesmos por que o homem julga e dirige sua vontade para um fim; mas é uma visão falsa acreditar que esta vontade esteja na origem de uma atividade perfeitamente livre. Se o homem toma decisões livres deve existir, af também, uma isenção de sua inteligência, assim como uma liberação de suas paixões, que se realizam concomitantemente com sua livre vontade.

A teoria do livre arbítrio pretende que a liberdade é apenas um bem do homem. Mas a prática mostra-nos que o homem deve fazer um esforço incessante para se libertar das forças afetivas que o dominam. Esta libertação é a finalidade de um domínio de si mesmo, que o conduz a dominar os automatismos e a disciplinar seus impulsos.

O homem no exercício de sua liberdade deve respeitar a razão, a verdade e as leis inflexíveis de ordem universal. Deve reconhecer o necessário e com o pensamento livre desenhar a querer os acontecimentos, tais como eles acontecem no quadro do seu destino. É levado assim a aprender a reconhecer a sua liberdade, uma liberdade que reside na reta razão e numa vida segundo a natureza. É o preceito do estoicismo.

O estoicismo influenciou toda a história do pensamento humano colocando o problema da liberdade humana. " Existe na filosofia antiga apenas uma única "teoria dos valores" apresentada expressamente como tal, é a teoria estóica". Uma teoria que está em contradição com o aristotelismo, por que professa que ninguém é escravo por natureza; e esta tese tornou-se um dogma.

A filosofia estóica não é apenas o pensamento de Zénon de Ciltium; é uma Escola que se estende por um período de cinco séculos com diferenciações decisivas. A distinção tradicional no estoicismo de três períodos é na nossa opinião mal fundamentada porque trata-se de um sistema filosófico vivo durante um grande período e que não pára de evoluir. Não podemos pretender a existência de três estoicismos diferentes,

só existe um único que “foi antes de tudo uma moral, uma regra de vida e de vida interior”. O estoicismo é um sistema filosófico sistemático com um caráter sintético e complacente: seus discípulos, desde o início, esforçaram-se por associar o senso comum com o pensamento refletido e racional e, conciliar a lei civil e a lei natural.

Seu estudo apresenta grandes obstáculos; não só nos faltam obras completas de seus fundadores, mas Zénon não teve a chance de Sócrates, de ter como sucessor um Platão. É muito difícil hoje em dia separar o ensino de Zénon, de toda a tradição estoica, isto é, dos elementos ulteriores introduzidos por seus herdeiros. Segundo E. Bréhier “nunca houve ortodoxia estoicos”.

No século III A. C. a “pólis” estava em seu declínio, o pensamento político em decadência, faltavam obras políticas. Os filósofos não conseguiam ligar o pensamento político com as condições sociais de sua época. Certamente Crysippo e Epicuro engajaram-se na ajuda a seus contemporâneos para ultrapassar os males sociais, mas aqueles que estavam aptos a adotar a sua doutrina, eram somente a minoria dos intelectuais.

Nesta época o homem incerto de sua liberdade política introduz na filosofia a liberdade interior. O estoicismo pretende ajudá-lo a compreender esta liberdade humana, colocando a sua libertação em suas próprias mãos. Esta libertação conduz o homem ao engajamento político: o exemplo de Marco Aurélio é notável.

Os estoicos oferecem uma nova arte de viver, viver livre, feliz e respeitando as leis da natureza, a vida individual e política do homem é colocada no enquadramento do mundo.

Segundo G. W. F. Hegel como forma universal de espírito do Mundo, o estoicismo podia somente surgir num tempo de medo e escravidão universais, mas, também, no tempo de uma cultura universal que tinha elevado a formação e a cultura até à altura do pensamento.

O estoicismo torna-nos livres; não nos liberta da escravidão mas da servidão das nossas paixões: da escravidão interior. Esta liberdade que nos adjudica é uma liberdade moral, pela qual se distingue as causas principais que determinam a própria natureza das coisas, das causas auxiliares donde é exercida a ação do exterior.

O termo liberdade significa antes de tudo se emancipar das nossas paixões desprender-se de nossos preconceitos. Possui a marca de um pensamento, capaz de se dominar, não alimentando a ilusão de romper os laços que o ligam à natureza, mas, se assimilando cada vez mais à razão universal.

Os estoicos contribuíram no esclarecimento, em profundidade do “conceito de liberdade”, delimitando sempre esta liberdade, a fim de que ele não seja irresponsável.

1 — Relações entre a Natureza e a Liberdade.

As diferentes teorias filosóficas sobre a liberdade se inclinam perante o estoicismo. Sua originalidade consiste no fato, que ele introduz a discussão do problema da liberdade em estreita relação com a natureza.

A idéia diretriz de Zénon é o "logos", as diversas manifestações da razão, tem uma afinidade que assegura o equilíbrio entre a lógica, a física e a moral. A lógica prova-nos que a origem da liberdade remonta ao assentimento, isto é, ao poder de adesão ou de recusa das representações. A física nos ensina que o homem está ligado à unidade concreta do universo. Quando a moral ensina-nos que o bem mais precioso é a reticção da vontade, o mal mais vil é o vício, para os estóicos tudo o que não é nem vício nem virtude, é indiferente ou neutro.

Embora Zénon não esclareça suficientemente a questão moral, por que a natureza humana presume a liberdade de decisão, a moral estóica baseia-se em duas fórmulas célebres: viver de acordo consigo mesmo e, viver de acordo com a natureza.

A natureza existe na razão, na verdade, na unidade, na continuidade e na racionalidade do Universo. A ordem estabelecida pelo pensamento razoável, ou melhor ainda a iniciativa deste, parece reduzir a revelar a ordem estabelecida e a ela ajustar a sua conduta. Ela é una, uma potência irresistível que engloba todo o universo, é o destino, a necessidade, o "fatum", a razão universal. O destino é a potência que governa ao mesmo tempo, o conjunto das coisas e cada condição individual.

Mas então o que vem a ser a liberdade humana, este princípio da moral por que a Natureza é tão determinada e o destino comanda a natureza humana? Chocamo-nos com o primeiro paradoxo que reside na dificuldade do estoicismo de associar determinismo da natureza com a liberdade da vontade humana.

Para Zénon este determinismo não implica na sorte ou no azar, por que o curso da Natureza é determinado pelas leis naturais. Seu sucessor Crysippo para escapar ao fatalismo desmoralizante que implanta o destino, introduziu o possível. Tudo o que acontece pelo destino é inelutável mas logicamente poderia também se produzir o contrário por que é bem razoável que nada deve ser excluído.

O acordo da natureza com ela mesmo, prolonga-se no mundo exterior e se harmoniza com as coisas "conforme à natureza". Mas o ser permanece somente em acordo consigo mesmo e as coisas penetram apenas enquanto termos constituintes deste acordo. O homem captando a lei natural toma consciência de sua própria aptidão de libertação interior. A doutrina que discerniu a relação do homem com o Universo foi o estoicismo.

O universo é encarado como um conjunto em que todos os seus elementos são unidos pela "simpatia universal" orientando suas fun-

ções para o mesmo fim a conversação de sua comunidade. Cada um dos membros assume seu papel numa ordem regulamentada e, não se sente de modo nenhum, submisso, pois é seu dever sustentar o esforço comum. Neste papel consiste a sua liberdade de cidadão, este julgamento assegura-lhe sua independência. Não é contrariado pelo fato de que não pode escapar da sociedade humana, nem transformá-la, mudando a ordem do mundo. Então ele se acomoda e capta seu papel, no sentido de tornar aceitável sua situação.

Zénon ensina-nos que a liberdade não é mais do que a libertação de nossas paixões. A intervenção do fator paixão, perturba o acordo do homem, tanto consigo mesmo, como com a Natureza. Para que o equilíbrio seja restabelecido, o homem deve por intermédio de seu assentimento, se emancipar de suas paixões a fim de que possa adquirir sua liberdade, que não é mais que a liberdade moral, uma coisa nobre que lhe assegura dignidade, sua independência. Mesmo um escravo aspira a uma libertação para que possa "ser igual a todos" e torna-se assim livre de fazer o que ele quer, é conveniente entender que, fazer o que se quer não implica na realização das impulsões incontroláveis, que são uma espécie de escravidão enquanto paixões.

Para o estoicismo, no centro do saber, no próprio centro das disciplinas práticas, existe um pensamento "sem conteúdo autônomo"; é a autonomia da consciência, autonomia do julgamento razoável, perante o qual nenhuma aberração passional resiste.

Zénon considerava as paixões como julgamentos errados, enquanto Crysippo via "na fraqueza do julgamento, o fenômeno essencial da paixão do qual a fraqueza de alma é um só aspecto". O estoicismo não admite que a paixão é uma qualidade da alma, imposta pelo exterior, mas uma reação que em seguida, supõe o assentimento da alma. A perturbação que agita esta implica num julgamento construtivo, uma opinião relativa ao bem e ao mal. Assim a liberdade interior que se segue a desta atitude enfraquece-nos. É então necessário empreender a libertação interior é o começo de uma luta e, neste instante, precisa desenhar-se a ruína ou a salvação.

A liberdade interior consiste na autonomia da consciência, este acordo essencial consigo mesma, a "conseqüência na vida". Marco Aurélio exorta-nos: "seja livre e bela as coisas virilmente, como homem, como cidadão, como animal mortal. O desenvolvimento progressivo da energia interior impõe-se a quem pretende tornar-se livre. Realizar-se à graças ao exercício. Segundo Marco Aurélio, a liberdade, este bem supremo, não é um estado natural, mas uma posse ganha pelos esforços contínuos.

A liberdade se faz uma apenas com o presente por que o presente é o único tempo que nos é dado. É no presente que a eternidade do "logos" se reproduz em nós mesmos por que "cada um só vive no

instante presente, no momento, o resto é o passado ou um obscuro futuro "e ainda" o presente é com efeito a única coisa da qual se pode ser privado, pois que é a única coisa que se possui e, não se perde o que o que se não tem".

Velar continuamente sobre seus pensamentos e sobre seus atos a fim de não se deixar levar pelas imagens que suscitam o desejo, o medo (o pavor), a perturbação da alma sob as suas diversas formas, é sem dúvida a condição de uma disciplina interior que atinge senão a uma liberdade perfeita pelo menos a uma dominação de si próprio, que está ao mesmo tempo de acordo com a lei universal. A liberdade perfeita, que seria comumhão com a razão imanente a esta lei, só pertenceria aquele que é sábio.

2 — Relações entre a Razão e a Natureza para a conquista da liberdade.

O encadeamento lógico das proposições, a conexão dos efeitos e das causas, a coerência da conduta que se constata no estoicismo exprime uma mesma razão. Daí uma espécie de "filosofia bloco" no seio da qual não se pode observar contingência ou descontinuidade. Este tema de unidade radical e de necessidade, afirma-se na lógica.

O esforço do estoicismo para captar as leis da natureza, está ligado à confiança na racionalidade do universo. A ligação dos fatos "só tem valor graças à razão lógica que os une. "A razão comanda o universo, uma razão" que permanece de acordo com ela mesmo por que é a razão e por que age sempre tendo em vista o melhor, ela é então a necessidade.

A necessidade só pode-se fazer compreender através da imanenência da razão ao universo, daí as contestações por entre os estóicos. Por que tudo o que age é considerado, graças ao materialismo determinado do do estoicismo, como corporal, a razão é também um corpo que se difunde universalmente. Então a necessidade universal exprime a penetração do mundo pela razão divina: eis a cosmologia do estoicismo.

O conveniente, o que está de acordo com a natureza do agente é o dever. Esta concordância estabelece-se espontaneamente como uma seqüência natural que subsiste no homem, a tendência, a impulsão. Quando a natureza do homem for despojada, esta concordância não se fará mais espontaneamente, mas a razão se interporá e o dever resultará de uma escolha refletida. "Aos seres razoáveis a razão foi dada tendo em vista uma função mais perfeita; viver segundo a natureza torna-se também para eles viver segundo a razão: assim a razão aperfeiçoa a impulsão".

O "primeiro dever", é o de se manter na "constituição natural"; este dever estende-se à escolha razoável das "coisas conforme à natureza" isto é, coisas que servem esta constituição. Chegado ao nível desta escolha razoável o homem apercebe-se que a assiduidade de sua escolha indo de acordo com a conformidade deste dever, tem

mais valor que as coisas que são seu objeto, isto é, a utilidade das coisas. Então como a liberdade é possível?

No homem tem o "hêgemonikon", termo introduzido por Crysippo. Das oito partes da alma o "hêgemonikon" é a parte capital. É a parte dirigente da alma, o que permanece despertado, o que se modifica em si mesmo, o que se faz tal como se quer, o que faz aparecer todo o acontecimento, tal qual se quer.

O "hêgemonikon" por intermédio da escolha razoável nos conduz ao assentimento, a palavra chave da filosofia estóica; por que se a liberdade é a sua mais preciosa conquista, o fundamento da liberdade é o assentimento. Seu ponto de partida situa-se na faculdade de aceitar ou de recusar.

Se se conceber o assentimento como um reflexo não é mais um assentimento, uma ação razoável, mas uma reação automática, involuntária, o primeiro passo, que nos ajuda a captar a noção das coisas e a expressá-la. Mas o "hêgemonikon" permanece imperturbável pois que "as coisas não tem acesso à alma". Expressar-se é a concepção razoável das coisas.

Se a liberdade é possível, só o é através do assentimento quando "a representação não é a causa do assentimento". Então nosso assentimento é uma reflexão livre.

Crysippo apoia que todas as nossas decisões estão na base do assentimento que enquanto poder de ser razoável, está longe de ser submetido ao destino.

O esforço do homem para se salvar da servidão das paixões a fim de que ganhe a sua libertação interior, foi assinalada por Crysippo que procurava operar uma transformação interior do indivíduo. Esta transformação íntima sustentada pelo livre arbítrio, conduz-lo à libertação das paixões. Através deste processo o indivíduo vê se revelar em si mesmo, a razão de Deus, pois a luz intelectual que ela faz nascer nele, não é outra que a luz Divina.

A razão enquanto faculdade humana é de natureza divina, o indivíduo com o seu poder de representar e de decidir por sua escolha, ascende à razão de Deus, a razão que governa tudo.

A recusa total das paixões não é um estado de insensibilidade completa mas um estado de litígio entre paixões e liberdade. Quando a razão do indivíduo domina suas paixões, sua inteligência se harmoniza com a razão universal.

A respeito da razão universal, Zénon sublinha: "Nenhum ser desprovido de alma e de razão, pode gerar a partir de si mesmo um ser animado e capaz de raciocinar. Ora o mundo gera seres animados e capazes

de raciocinar. Logo o mundo é um ser animado e capaz de raciocinar". Sua principal crença foi que o fim para a vida humana consiste na determinação das suas ações através do julgamento.

A participação do estoicismo se encontra no fato "de ter unido a função de conhecer com as funções ativas" pois que o ser razoável chamado por sua natureza à representação das coisas, faz-lhes face respeitando-os ou desafiando-os. Esta inclinação ou aversão refletida é decisiva para interpretação da liberdade humana. Ora, não existe liberdade sem assentimento do espírito; mas a natureza intelectual não pode ser constrangida a partir do exterior, por que, o espírito não pode ser forçado, sendo incoercível. Não existe liberdade humana se não for inteiramente absoluta. O homem é primeiramente "um ser que nada tem de superior à sua vontade na qual todo o resto está sujeito enquanto que ela (liberdade O e ela mesmo libertada e independente". Assim se realiza o ideal da razão.

A grandeza de Zénon, entre outras, consiste no fato que ele é o primeiro filósofo que abordou a questão: o homem quando decide, é livre? Seu assentimento é razoável? Zénon foi o iniciador da análise do papel da causalidade no pensamento. Toda a causa implica um efeito que por sua vez torna-se causa de um outro; assim se desenvolve toda uma série de causas que provêm da primeira causa. Mas qual é a imputabilidade da idéia de causalidade do pensamento?

O assentimento só pode ser razoável. A faculdade de escolha que Epiteto designa sob o termo de "proiapesus" denota a escolha voluntária. Ora o homem não pode escolher contra sua própria razão apesar da aberração; mas se ele se afasta é sempre contra seus desígnios.

A escolha livre é o símbolo da liberdade interior e da independência da vontade a fim de que o homem tenha êxito em chegar à sua mais alta aspiração; a felicidade. Mas através de que meio?

Era necessário libertar-se das coisas exteriores "aquele que se destaca das coisas exteriores para se aplicar à seu próprio querer, que trabalha para o cultivar para o tornar conforme a natureza, elevá-lo, libertá-lo dos obstáculos e entaves, então este homem", não fez até aqui uma viagem inútil".

3 – O destino e a Liberdade

A liberdade estóica traduz-se pela escolha mas como esta livre vontade humana se adapta à teoria de Stoa sobre o Destino?

Os estóicos sustentam que tudo é previsível e preordenado pela Providência. A Providência identifica-se com a razão universal, mas o Destino não deve ser traduzido como uma potência ilógica; é a potência que determina a cada ser sua própria lei, conforme a lei do todo e decide o curso dos acontecimentos. É a "causa do encadeamento, isto é, é a Razão

que governa o mundo e a vida que o anima e se desenvolve segundo um movimento eterno contínuo e regulamentado". O Destino é a causa única que "compreende em sua unidade todas as razões seminais pelas quais se desenvolve cada ser particular. Governa o conjunto das coisas e o estado de cada indivíduo. Mas viver segundo a natureza não é então entregar-se ao determinismo que nos conduz apesar de nós-mesmos? Como pode depender de nós uma coisa se a suprema lei é o Destino?

A resposta é estrondosa: o Destino comprime o indivíduo e as coisas no seu estado e o homem não é livre e conseqüentemente responsável por sua ação ou, o homem é livre e o Destino não pode ser considerado como uma necessidade universal, como uma coisa sempre presente.

O dilema é impossível de evitar e a crítica contra a filosofia estoica por causa desta escapada é ácida. O tratado do Destino de Cícero e as Contradições Estóicas de Plutarco transmitiram-nos a polêmica contra o determinismo dos estóicos.

A solução do problema foi procurada na noção de assentimento. No que diz respeito à teoria do Destino, nós temos duas doutrinas: Demócrito, Heráclito, Empedocles e Aristóteles julgavam "tudo acontece pelo destino embora o destino introduza a necessidade"; os estóicos acreditavam que nós temos poder de apoiar a lei natural usando de nosso assentimento e que "os movimentos voluntários das almas escapam ao destino". Os primeiros "pretendiam que os assentimentos se operavam forçosa e necessariamente". Os outros retorquiam que era necessário "enfraquecer os assentimentos do destino" e substituíam à necessidade o possível.

Crisippo pretendeu conciliar estas duas teorias mas "cai em tais dificuldades que confirma apesar de tudo a necessidade do destino".

O estoicismo mostra a singularidade de declarar com a mesma força o encadeamento universal das coisas e a individualidade do espírito que através de seu julgamento razoável dá seu consentimento às coisas com seu assentimento.

Crisippo para sair do impasse — recusa a necessidade sem no entanto fugir ao destino — se entrega ao alicerce das causas perfeitas e principais e das causas adjacentes e acaba por dar o exemplo do cilindro.

Plutarco na sua obra **Das contradições dos estóicos** examina também a correlação Destino e liberdade. Escreve que se considera o Destino como sendo a causa total, nosso assentimento é atribuído ora a uma representação inteligível: o determinismo do Destino exclui o erro, ora a representações que são equívocas e que nos conduzem à aberração, o Destino é então passível de perda. Ora, ou bem nossa liberdade restringe seu poder soberano ou o Destino é todo poderoso e neste caso a responsabilidade de nos-

sa acção baseada em julgamento errados, não nos pode ser imputada. Mas então a quem será necessário adjudicar esta responsabilidade?

4 – A contribuição do Moral para a conquista da liberdade.

Para que o homem possa pronunciar-se e medir sua escolha é lhe indispensável a educação moral que lhe fornecerá o procedimento para adquirir a virtude para enfrentar as dificuldades na escolha de seu comportamento. A linha de sua conduta não é de modo nenhum condicionada por disposição inata, mas é fundamentada no conhecimento e a reflexão, que o conduzem à deliberação. Mas o instrumento que lhe fornecerá esta liberdade moral é o ensino.

A instrução moral ensina-nos-á “a aplicar as noções naturais à realidade particulares conformando-se à natureza”. Assegura-nos a liberdade e o bem estar nosso contentamento interior, princípios essenciais da sabedoria. A liberdade orientada pela instrução moral não é mais uma liberdade irresponsável mas de acordo com a ordem das coisas. É a moral que elimina o desequilíbrio das ações livres, ações desregradas por que a moral não teria nenhum valor se ela não impedisse a liberdade de ambicionar ao acaso. Aliás “loucura e liberdade não andam junto”.

O desenvolvimento moral conduzirá o homem a tornar-se um ser razoável que não julga ao acaso, sem influência de fatores externos, mas preservado e responsável de suas ações.

Aos paradoxos dos estóicos se relaciona também o problema da escravidão, muito declinado por eles, mas no entanto não revogado. Ao encontro de Aristóteles a teoria estóica ensina que não se é escravo nem por natureza nem por conquista.

O sentido da escravatura deve ser procurado na servidão interior e não na servidão exterior, por que esta não suprime a liberdade interior. Os estóicos alinham-se na tese dos cínicos. Referindo-se ao mesmo problema, Hegel considera que o estóico negando seu senhor, nega ao mesmo tempo toda a dependência exterior; então ela torna-se livre e revela a seu mestre que o onipotência reside na denominação de si mesmo e não de seu escravo. A liberdade autêntica apoia-se no “conceito de liberdade e não na própria liberdade viva”. Este “conceito da liberdade” hegeliano não é mais que a liberdade concreta elaborada pela educação moral.

Esta educação repousa sobre o exercício quotidiano da consciência que conduzirá sua evolução em direção à virtude. Este progresso forjado pelo exercício nos conduz à felicidade, que será atingida pela realização da perfeição. Logo o progresso consiste na realização da moral, e a moralidade é uma liberdade soberana.

5 – Sabedoria e Liberdade

A sabedoria coloca o homem numa perspectiva onde o valor da liberdade interior não é mais uma atribuição dos Deuses mas pode tornar-se uma vitória humana.

O sábio através de uma transformação completa liga-se com a lei universal que é a vontade Divina. Aplicar-se a realização desta finalidade e usar a liberdade prática, que reside na confiança na ordem universal; então esta confiança reflete-se na natureza humana que se afirma e merece o acordo consigo mesmo, que é a natureza profunda da sabedoria.

A lei universal abraçada pelo sábio não o oprime porque dela se serve para ascender ao seu ideal. É através do seu mais profundo consentimento e não com abdicação e a resignação que ele se submete para viver em acordo com a natureza. Assim seu consentimento baseia-se na liberdade interior e seu espaço manifesta-se na conduta, como uma espécie de razão prática que engloba tanto o preceito "viver em conformidade consigo mesmo" como o "de viver conforme a natureza". Ser mestre de si próprio é adquirir a serenidade, condiscípulo da liberdade interior que abre o caminho à Sabedoria libertadora. Se é difícil ao homem tornar-se sábio mesmo se atinge sua liberdade interior poderia-se dar-lhe como exemplo a vida de um sábio, tal como Sócrates, encorajado com tal paradigma, receberá a tendência que o conduz a essa vida de acordo consigo mesmo e com a natureza.

Só o sábio é apto e aborda "as retas ações que contêm todas as espécies de virtudes que se pode enumerar". O sábio tem a onipotência da lei e isso é bem legítimo, posto que a verdadeira lei é aquela que dita as ordens da razão universal. Ele recebe com grandeza de alma todo o que é necessário sofrer em razão da constituição do universo. "O sábio tem outro refúgio... contra o qual nada pode a Fortuna". Sendo conquistado a liberdade, mais forte que o acaso, ele é invencível e "nada pode acontecer a um homem de bem".

Ele usufrui da liberdade de obedecer a Deus, isto é, que ele tem a liberdade de decidir da sua vida ou de sua morte, escolhendo "a saída aberta" e atingindo a mais alta escala da liberdade.

O suicídio não é um ato de desmoralização, de desprazer e de fuga por que seria então um ato irracional mas, uma decisão resoluta e racional autorizada ao sábio quando convêm as circunstâncias e, estes não lhe dispensam uma vida conforme a natureza. Frequentemente o conveniente para o sábio é de se afastar da vida, enquanto está no cúmulo da felicidade, por que a vida feliz está ligada à oportunidade dos atos.

Sêneca considera que a morte, sendo um acontecimento triste, terrível é necessário desprezá-la: "ou bem ela é um fim ou bem ela vos transporta além". Este desprezo é um comportamento supremo da liberdade humana.

A filosofia estóica não pode admitir para o sábio uma atitude de desligamento, ele não pode viver como um ermita no deserto mas ao contrário deve ser social e ativo.

A natureza não tolera que o indivíduo permaneça uma unidade à distância. O homem está em filiação com o gênero humano graças à união da inteligência. Esta emana da Divindade; então todos os homens possuindo alguma coisa que emana da natureza divina são cidadãos iguais. A humanidade forma uma única cidade, a cidade do Mundo. Notemos que a cidade dos estóicos não é o Estado mas as relações dos homens entre eles.

6 — A influência da liberdade estóica nos filósofos subseqüentes.

O estoicismo, sempre vivo, sobrevive até os nossos dias; com uma incomparável maleabilidade conseguiu se defender, sofrer os danos dos séculos sem nada perder de sua vitalidade e sua influência sobre os filósofos subseqüentes não é de modo nenhum para desdenhar. Ele foi a fonte para uma grande parte das influências que anunciaram bastante doutrinas morais.

O ideal estóico passa para a filosofia de Santo Agostinho na sua cidade de Deus, para a utopia de Thomas Moore para a cidade do Sol de Campanella e para o Reino dos Fins de Kant e para a cidade Ideal de Bergson.

No século XVIII as teorias estóicas sobre a igualdade dos cidadãos perante a lei natural, forneceram as armas aos adversários do despotismo.

São Paulo não deixa de pegar a teologia materialista a panteísta do estoicismo, importantes elementos, sobretudo no que diz respeito ao universalismo onde se recomenda a liberdade, a franqueza e a calma.

A apologia para a liberdade em Clemente de Alexandria, Orígenes e São Basílio fundamenta-se no princípio estóico; enquanto que o modelo do sábio plotiniano não se afasta do sábio estóico.

Boécio reanima o estoicismo filiando-o à crença do cristianismo, no seu tratado Consolação da Filosofia fornecendo assim à doutrina antiga a sua permanência através de sua obra.

No seu discurso sobre a servidão Etienne da Boécia professa o direito natural de modo que nos lembra o estoicismo.

A influência sobre Montaigne, sobretudo a de Epiteto, foi de tal modo convincente que o estoicismo preenche a sua vida.

A moral de Descartes está intimamente ligada ao estoicismo. Ele cristianisa o determinismo estóico, imprimindo-lhe a confiança num Deus perfeito do qual depende tudo. Desta concepção ele deduz, seguindo aqui os estóicos, que a resignação é a mais alta sabedoria.

A liberdade e o sentido da igualdade dos homens emanam da filosofia estóica: "Só noto em nós uma única coisa que possa fornecer a justa razão para nos estimarmos, a saber, o uso de nosso livre arbítrio e o império que possuímos sobre nossa vontade". Todos os homens não somente gozam de liberdade e da vontade, mas também são providos da mesma potência de bem julgar; então eles são iguais: "o que se chama bom senso ou razão é naturalmente igual em todos os homens" e continua professando que a razão "está completa em cada homem".

O papel da vontade consiste em considerar atentivamente todas as coisas que podemos atingir e a só desejar aquelas que nos dão proveito moral. Tendo refletido maduramente Pascal retoma este pensamento estóico: "o espírito não pode ser forçado a acreditar no que sabe ser falso, nem a vontade de amar o que sabe, que o torna infeliz". A influência do estoicismo foi sobre Pascal irrecusável. Não se esquecer que é através das obras de Montaigne e de Pascal que a filosofia estóica foi inserida no pensamento francês.

Spinoza retoma a doutrina estóica sobre as paixões enquanto que a ordem universal de Stoa pressagia a harmonia universal e de Leibniz.

Kant coloca a liberdade e a independência do homem razoável, no centro de sua moral.

A influência exercida pelo estoicismo sobre os mais eminentes espíritos do pensamento ocidental prova não só o dinamismo extraordinário desta doutrina secular, sempre viva, mas mais ainda, que ela permanece de modo intenso e immoderado, respondendo à aspirações permanentes do homem.

Na pesquisa sobre o problema da liberdade do indivíduo constatamos que o estoicismo foi a primeira doutrina a ter traçado sua linha original. Esta filosofia tornou-se universal valorizando o problema da liberdade humana, chegando ao ponto de especificar como sendo a qualidade predominante do ser, o fundamento de sua moral e de sua razão.

Ela desmantela a tese platônica de três classes sociais replicando sua tese da igualdade dos cidadãos unidos pela razão universal.

A filosofia estóica abriu o caminho do progresso da moral, testemunhando a unidade entre a vontade humana e a ordem universal se apoiando sobre o valor fundamental do assentimento.

O estoicismo procurou a libertação do homem de seus males e ensina-lhe a não aceitar o destino como uma subserviência. Não regulamenta de modo irrevogável o problema da liberdade, especialmente o problema da liberdade interior, mas esclarece a fundo este mesmo problema.